

a capacidade de mudar suas decisões”.

De acordo com o engenheiro, um parâmetro dessa necessidade se dá no chamado “período de retorno”, o tempo médio que se passa entre duas ocorrências extremas. “Isso precisa ser recalculado. Se a gente constrói uma ponte com 50 anos de período de retorno, agora terá de construir com menos, para dar mais segurança”, exemplifica, enfatizando que o risco precisa ser calculado já considerando as mudanças no clima, “porque elas já são reais”.

“Sem contar o último ano, nos últimos 124 anos foram quatro eventos de cheia extrema no RS. E aí, só nos últimos oito meses, tivemos três eventos. Isso mostra, de forma praticamente inequívoca, que já vivemos sob outra realidade de risco”, explica. “Dez anos atrás, se tinham preocupações diferentes. Era o mercado, era a crise na Ásia ou na China. Hoje, além de tudo isso, tem a questão do risco climático. Então acho que isso precisa ser mais claramente comunicado para a sociedade”, alerta.

A gestão de riscos e a prepa-

ração para desastres pode significar uma capacidade mais ágil na retomada dos negócios. Dados da Agência Federal de Gerenciamento de Emergências (FEMA) do governo dos Estados Unidos, que tem uma robusta rede de prevenção e mitigação de desastres, mostram que 40% das empresas não voltam a funcionar após serem atingidas por uma catástrofe; outras 25% acabam encerrando atividades no período de um ano.

No Brasil, ainda que o levantamento e gestão de riscos não sejam práticas desconhecidas para empresas de diferentes portes – em alguns casos, é pré-requisito obrigatório para obtenção de financiamentos ou no estabelecimento da tradicional Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), voltada à segurança física dos colaboradores –, os recentes desastres hidrológicos pegaram muita gente de surpresa.

Um levantamento conjunto realizado pela Câmara de Indústria e Comércio do Vale do Taquari (CIC-VT), Federasul, Sebrae e a Secretaria do Desenvolvimento Econômico (Sedec), em parceria

com entidades e prefeituras da região, logo após a enchente de setembro, mostrou que 71% das 1.428 empresas ouvidas não tinham um seguro que cobrisse os danos provocados pelo desastre. Ao mesmo tempo, 16% delas não tinham ainda uma estimativa de retorno das atividades.

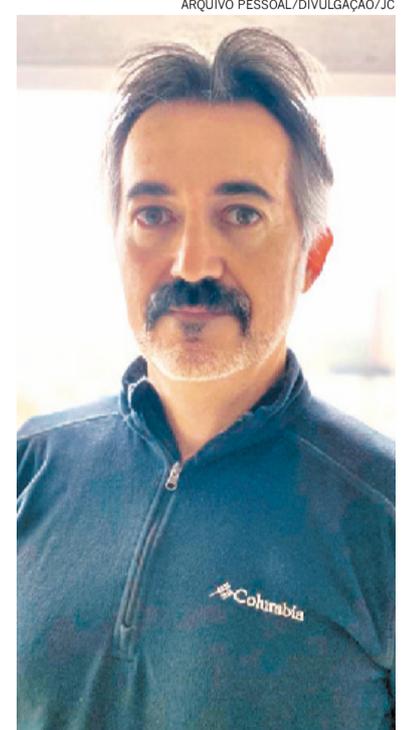
“Isso nos serviu para buscar subsídios, e falar com os governos estadual e federal, com as seguradoras. Ela foi balizadora para entendermos a dimensão e profundidade dos danos. São dados muito importantes para ver se as empresas vão voltar a trabalhar, se têm condições de ficar (no mesmo local) e de se recuperar”, constatou Ângelo Fontana, presidente da CIC-VT e da Associação Comercial e Industrial de Encantado (Aci-E).

Fontana pontua que a última enchente, em maio, motivou a aplicação de outra pesquisa, ampliada, disponível para preenchimento de qualquer empresa gaúcha, com o objetivo de mapear todos os desdobramentos provocados pela tragédia.

O dirigente alerta que a incerteza que permeia as empresas do



Fontana destaca mapeamento dos danos das cheias no Vale do Taquari



Para Marques, frequência maior de ocorrências traz nova perspectiva de risco

Vale do Taquari, que já enfrentaram três eventos climáticos de grandes proporções, faz a entidade levantar a hipótese de incentivar a criação de condomínios industriais em outras cidades da região que sofreram com

as cheias em menor proporção. “Para poder acolher essas empresas, senão vai haver uma debandada enorme”, preocupa-se. “Mas a decisão das empresas agora não pode mais ser baseada na emoção, e sim na razão”, salienta.

Política de defesa civil precisa ser permanente, defende consultora

Ainda que o Brasil tenha regramentos bem elaborados de defesa civil e seja signatário de pactos internacionais como o Marco de Ação de Hyogo (2005-2015) e o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres (2015-2030), no País há dificuldade em estabelecer uma cultura e prática permanentes de prevenção e preparação.

A avaliação é da consultora autônoma Eloisa Maria Adami Giazzon, que já atuou no grupo de pesquisa Gestão de Risco de Desastres (Grid) e no Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (Ceped) da Ufrgs, além de ter integrado a equipe de elaboração da primeira etapa da proposta para o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil.

“É generalizada no Brasil, com algumas exceções, uma atuação muito maior na resposta aos desastres, uma integração somente quando eles ocorrem. Porque aí todos os setores se mobilizam. Mas a gente vê que esse ciclo não é contínuo”, analisa. São políticas, segundo ela, cujos funcionamentos envolvem não só os diferentes órgãos e esferas de governo, mas toda a sociedade civil, incluindo empresas privadas e a população.

A especialista explica que as fa-

ses da gestão de risco de desastre envolvem prevenção, mitigação, preparação, resposta e reconstrução. “Esse ciclo engloba itens como planejamento urbano, mapeamentos, a legislação, capacitações de técnicas e o envolvimento de gestores presentes na própria comunidade, na sociedade. É uma dinâmica importante, principalmente neste momento que a gente está vivendo”, enfatiza.

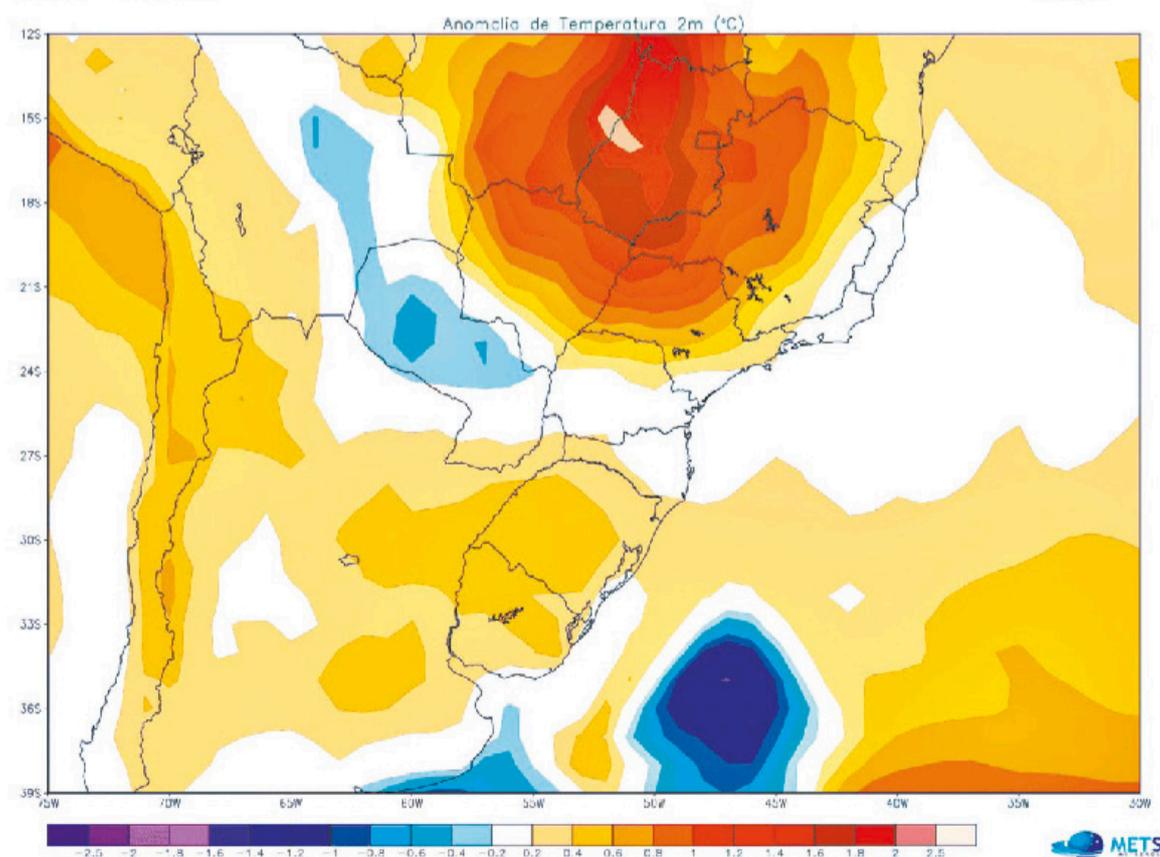
No âmbito interno das empresas, esse envolvimento muitas vezes se dá por meio do estabelecimento de um plano específico voltado a desastres, com o comprometimento de uma equipe responsável. “É algo que temos mais organizado na questão dos incêndios, por exemplo, com um grupo de brigadistas”.

De acordo com a consultora, além do mapeamento prévio dos riscos aos quais a empresa está sujeita, um plano de desastres aborda pontos como as condições da área física onde a empresa está instalada, as dinâmicas logísticas, as competências e funções de cada colaborador, para saber quais profissionais devem ser acionados diante de uma emergência e quais as movimentações e rotas de evacuação necessárias. “É o mesmo que um município tem de fazer

Rodada: ABRIL/2023

METSUL METEOROLOGIA/DIVULGAÇÃO/JC

MAIO/23



Haverá dias de frio no Estado, mas na maior parte predominam dias amenos, aponta a meteorologia

para cada tipo de desastre ao qual está sujeito”, compara.

Outra coisa importante, ressalta a consultora, é realizar simulados que envolvam todas as áreas

e colaboradores da empresa. “Esse é um bom treinamento para que todos os envolvidos compreendam como seria de fato a atuação no momento em que um desastre

está prestes a acontecer. Além disso, é preciso saber compreender os alertas”, adverte, em relação aos avisos emitidos pela defesa civil e órgãos meteorológicos.